

## PLANOS DE SAÚDE

# Lei amplia rol de cobertura

Presidente sanciona sem vetos legislação que obriga convênios a pagar tratamentos que, mesmo fora da lista da ANS, tenham eficácia comprovada. Operadoras alegam que mensalidades podem subir e preparam recurso à Justiça

» RAPHAEL FELICE

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou ontem, sem vetos, o projeto de lei (PL 2.033/2022) que derruba o chamado rol taxativo de tratamentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com a sanção da nova lei, os planos de saúde serão obrigados a realizar tratamentos, exames e demais procedimentos terapêuticos, mesmo para doenças que não constam na lista da ANS.

Aprovado no Senado em 29 de agosto, o projeto gestado na Câmara dos Deputados foi criado para responder a uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em 8 de junho, a corte determinou a lista da ANS como taxativa, ou seja, retirou a obrigatoriedade dos convênios de saúde de cobrir procedimentos para tratar doenças que não constem na relação. Com o projeto sancionado pelo Palácio do Planalto, o rol voltará a ser apenas exemplificativo, um norte para o que deve ser financiado pelos convênios aos usuários do serviço.

No entanto, há regras para um tratamento fora da lista da ANS ser coberto por planos de saúde. O procedimento médico deve ter eficácia científica comprovada ou possuir recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), que é um órgão auxiliar do Ministério da Saúde encarregado de contribuir para a revisão de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

A derrubada do rol taxativo uniu integrantes do governo à oposição dentro do Congresso Nacional. Pelas redes sociais, deputados federais e senadores comemoraram a sanção presidencial. Entre eles, o relator da proposta, o senador Romário (PL-RJ), que anunciou a sanção antes mesmo da confirmação do Palácio do Planalto e comemorou a oficialização da medida nas redes.

“A vida venceu! Esse rol estava limitando a cobertura dos planos de saúde e colocando em risco a vida de milhares de pessoas ao negar tratamentos de saúde importantes a quem precisa. Nós jogamos juntos e alcançamos essa grande conquista”, disse o senador, que é membro da base do governo federal.

O líder da oposição Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também usou o Twitter para comemorar a derrubada do rol taxativo. “Depois de muita luta no Congresso e, principalmente, da sociedade civil organizada, gora é Lei! Foi sancionado o PL 2033, que derruba o rol taxativo! Uma luta histórica contra o retrocesso que vai garantir o direito à saúde e à dignidade de milhares de famílias brasileiras”, afirmou Randolfe.

## Mensalidades

Mesmo com críticas do ministro da Saúde Marcelo Queiroga e contestações da ANS, Bolsonaro sancionou a proposta sem vetos. No dia 23 de agosto, Queiroga afirmou que o aumento da cobertura de

Jorge Lopes/EM/D.APRESS



Para serem aceitos, procedimentos devem ter base científica ou recomendação da Conitec

tratamentos dos convênios estão “atrelados a custos”, que seriam repassados para os beneficiários, aumentando assim o preço dos planos de saúde.

Em nota, a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) lamentou a sanção do PL 2.033/2022. Segundo o comunicado, a alteração põe o Brasil “na contramão” das melhores práticas de saúde no

mundo. A entidade informou que vai recorrer à Justiça para reverter o quadro, “em defesa dos mais de 50 milhões de beneficiários de convênios”.

“A mudança coloca o Brasil na contramão das melhores práticas mundiais de avaliação de incorporação de medicamentos e procedimentos em saúde, dificulta a adequada precificação dos planos e compromete a

previsibilidade de despesas assistenciais, podendo ocasionar alta nos preços das mensalidades e expulsão em massa dos beneficiários da saúde suplementar”, disse a FenaSaúde.

A federação afirmou, ainda, que os planos e seguros de assistência à saúde privada já totalizam prejuízo operacional de R\$ 9,2 bilhões nos últimos cinco trimestres. “A entidade alerta

## » Desigualdade agravada

Considerada um dos maiores problemas do Brasil, a desigualdade atinge ainda mais duramente pessoas com deficiência física ou mental. A constatação está na pesquisa Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo revela que o rendimento médio mensal de uma pessoa com deficiência é de R\$ 1.639, bem abaixo do equivalente a trabalhadores sem deficiência (média de R\$ 2.619). Pessoas com deficiência estão concentradas em áreas que tradicionalmente pagam menos, como serviços domésticos, agropecuária e alojamento e alimentação. A desocupação também é maior nesse grupo: 10,3%, ante 9% para trabalhadores sem deficiência.

também que tal medida pode impactar ainda mais a situação financeira do setor. Desde abril de 2021, as despesas assistenciais do conjunto das operadoras de planos e seguros de assistência à saúde privadas já superam as receitas obtidas com contraprestações, levando a um prejuízo operacional de R\$ 9,2 bilhões, considerando o acumulado dos últimos cinco trimestres”, lamentou.

## ENFERMAGEM

# Pressão em favor do piso salarial

» FERNANDA STRICKLAND

Ed Alves/CB

Trabalhadores da área de enfermagem de vários estados do país fizeram uma dia de paralisação e manifestações, ontem, contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a aplicação do piso salarial da categoria. Em Brasília, enfermeiros e técnicos de enfermagem se uniram pela manhã em um ato na Praça dos Três Poderes, em frente ao Congresso Nacional e ao STF.

O protesto teve início no Museu Nacional da República e, por volta das 10h, os manifestantes seguiram em marcha pela Esplanada dos Ministérios. No começo, três faixas do Eixo Monumental foram ocupadas. Entretanto, mais à frente, o grupo tomou toda a pista, perto do Palácio do Itamaraty.

Quando a manifestação chegou perto do Congresso, a Polícia Militar tentou impedir a passagem dos participantes em direção à Praça dos Três Poderes. Porém, após negociação com os líderes do movimento, o acesso foi liberado, mas apenas para a parte mais próxima ao Congresso, sem aproximação ao prédio do STF. No meio da manifestação, a chuva começou a ficar mais forte, dispersando os manifestantes.

Também foram registrados atos em São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Natal e Salvador. As manifestações foram convocadas pelo Fórum Nacional de Enfermagem, que reúne diversas entidades representativas da categoria.

Segundo o presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal (SindEnfermeiro), Jorge Henrique, a paralisação foi para mostrar à sociedade, ao poder público e aos empresários da área da saúde a importância da categoria. “A assistência que o profissional de enfermagem presta à população é muito complexa e salva vida de milhões de



Manifestação de enfermeiros e técnicos na Esplanada: categoria quer garantia de que remuneração mínima prevista em lei será cumprida

brasileiros, como aconteceu na pandemia da covid 19, quando os profissionais garantiram, ainda, a imunização da população”, afirmou. “Queremos que o Congresso e o Poder Executivo apontem os projetos para custeio do piso salarial”, disse.

## Respostas

Na avaliação do sindicalista, nas últimas semanas já houve respostas positivas aos pleitos da categoria. Ele citou o encontro do presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com o ministro do STF Luiz Roberto Barroso, na semana passada, e a reunião do colégio de líderes do

Senado, nesta semana, para discutir projetos para garantir fontes de recursos para o piso salarial da enfermagem (veja matéria ao lado). “A paralisação é muito importante para pressionar os deputados e senadores”, apontou o presidente do SindEnfermeiros.

Na última sexta-feira, com sete votos contrários e quatro favoráveis, os integrantes do Supremo confirmaram a decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso, que, uma semana antes, havia suspenso a validade do piso, até que fossem dimensionados os impactos da medida nos sistemas público e privado de saúde. A medida foi adotada em resposta a ação

direta de inconstitucionalidade impetrada por entidades empresariais, lideradas pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde).

Barroso havia determinado, ainda, prazo de 60 dias para que governo, Congresso e entidades do setor apontassem fontes de recursos para pagar o piso. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), apenas para as prefeituras, o custo chega a R\$ 10,5 bilhões por ano. A Lei 14.434/2022 fixou em R\$ 4.750 o piso salarial para enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem, e R\$ 2.375 para auxiliares e parteiras.



**A assistência que o profissional de enfermagem presta à população é muito complexa e salva vida de milhões de brasileiros, como aconteceu na pandemia da covid 19”**

**Jorge Henrique**, presidente do SindEnfermeiro-DF

# Promessa de solução

O senador Marcelo Castro (MDB-PI) foi escolhido, ontem, pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para relatar o Projeto de Lei Complementar 44 (PLP 44/2022). Caso aprovada, a proposta, que será votada semana que vem no Plenário do Senado Federal, garantirá os recursos necessários para o pagamento do piso salarial nacional da enfermagem neste ano.

Relator-geral do Orçamento 2023, Castro cobrou a mesma celeridade de tramitação do projeto na Câmara dos Deputados. “A votação no Senado será na próxima semana e esperamos a mesma rapidez da Câmara”, disse o senador. “Acompanharei de perto todo o processo, até a sanção do projeto e o pagamento do piso, que já é lei e deveria estar sendo cumprido por todos. A enfermagem merece respeito e salário digno”, acrescentou.

Castro já havia adiantado em entrevista coletiva realizada na terça-feira, que o PLP 44, de autoria do senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS), era uma das soluções favoritas para gerar os recursos necessários para bancar o piso. O projeto permite a transferência de recursos destinados à covid-19 para outras áreas da saúde, como o pagamento de pessoal.

Além desse projeto, os senadores debateram outras propostas, como o uso de emendas parlamentares do orçamento secreto, e a repatriação de recursos depositados irregularmente no exterior, projeto (PL 458/2021) do senador Roberto Rocha.

Também foi aventado outro projeto de lei (PL 1.417/21) do senador Heinze. O PL 1.417 prevê auxílio financeiro de até R\$ 2 bilhões para hospitais filantrópicos e santas casas sem fins lucrativos, que atuem de forma complementar ao Sistema Único de Saúde. (RF)